

**A TEORIA DA RELEVÂNCIA, O PODER DA LINGUAGEM E OS TEXTOS  
JURÍDICOS E CONTRATUAIS NO ENSINO MÉDIO .**

**Angélica Koefender Maia<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> A autora é professora de Ensino Médio da Rede Pública de Educação do Estado do Paraná – formada em Letras pela Facimar e Pós-Graduada em Literatura Brasileira pela Unioeste, formada em Direito pela Unipar – Toledo, também atua como advogada.

## **Resumo**

Este artigo consiste em uma análise da aplicação prática do material didático denominado: “O Poder da Linguagem e os textos jurídicos e contratuais no Ensino Médio”, que foi produzido como atividade durante o curso PDE e aplicado, no primeiro semestre de 2008, a alunos do Ensino Médio. O material visa, através da aplicação da Teoria da Relevância (Sperber e Wilson - 2001) e dos fundamentos teóricos do método dialético de elaboração do conhecimento, com base no tripé: prática – teoria – prática, conscientizar os alunos acerca do Poder da Linguagem e da necessidade de se dominá-la em diferentes situações do cotidiano. O trabalho iniciou-se a partir do conto “Um Cinturão” de Graciliano Ramos e da análise dos aspectos literários do conto. Em seguida, através do estudo de um fragmento do texto: “Eles, os juízes, vistos por um advogado”, de Piero Calamandrei, analisou-se o poder de vida ou morte levado a termo através da palavra, do julgamento, da defesa ou não do acusado. Foram apresentadas noções de justiça x injustiça; relações de poder; o silêncio x o domínio da palavra; a violência doméstica x a violência institucionalizada e através destas discussões propiciou-se o acesso dos alunos a textos jurídicos, contratuais, atas e demais textos que requerem maior grau de formalidade, levando-os a perceber as suas implicações sociais, as relações de poder que através deles se estabelecem bem como a buscar ferramentas que propiciem a sua compreensão e a tomada de atitude em face de tais desafios. Dominando novos conhecimentos lingüísticos espera-se a transformação particular dos sujeitos e a sua interação social na busca da construção de uma sociedade mais justa, cooperativa, solidária e sustentável.

Palavras-chave: Poder da linguagem. Leitura. Teoria da Relevância. Material didático;

## Abstract

This article shows an analysis of practical application of teaching material called "The Power of Language and the contractual and legal texts in the High School", which was produced as activity during the PDE Course and worked with students of high school in the first semester of 2008. The material aims through the application of Relevance Theory (Sperber & Wilson, 2001) and the theoretical frameworks of dialectical method of knowledge production, based on the triad: practice-theory-practice, make students aware of the Power of Language and the necessity of having a command of it in several situations in daily life. The work started with the tale "Um Cinturão" of Graciliano Ramos and with the analysis of its literary aspects. Then, through the study of a fragment of the text of Piero Calamandrei - "Eles, os juízes, vistos por um advogado", the power of life or death, the judgment, the defense or not of the accused were analyzed. For that, notions of justice x injustice, power of relationships, silence x power of the word, domestic violence x institutionalized violence were presented and through these discussions the access to legal and contractual texts, minutes and other texts that require higher formality level were provided aiming to take the students to realize the social implications and the power of the relationships that are established through these texts as well as to find tools that promote their understanding and attitude position in face of such challenges. Having a command of new linguistic knowledge, private individual transformations and their social interaction in pursuit of building a fairer, cooperative, supportive, sustainable society are hoped.

Keywords: power of language. Reading. Theory of Relevance. Educational materials;

## **Introdução.**

**A palavra é uma arma, e pode ser usada para o bem ou para o mal: a culpa do crime nunca é do punhal (GALEANO, 1990, p. 09)**

Trabalhar com a linguagem e levar os alunos a compreenderem a importância de dominá-la como um instrumento para a sua luta pessoal por direitos bem como pela luta de sua classe por melhores e mais justas condições de vida é um dos pilares deste estudo, que pretende desmistificar as relações sociais que se estabelecem através da própria linguagem.

É por meio da linguagem que os seres humanos interagem e assim estabelecem vínculos sociais e jurídicos, firmam ou rompem compromissos e se situam como cidadãos no mundo. Porém, para a grande maioria dos egressos da escola pública de Ensino Médio, a linguagem que permeia alguns textos que fazem parte do cotidiano é inacessível. Textos como contratos, regulamentos, acordos judiciais, mandados judiciais, atas e outros são redigidos utilizando-se um vocabulário técnico e fazendo menções a artigos de leis. Algumas vezes, tais textos são excessivamente longos ou utilizam tipos minúsculos e quase ilegíveis, o que os torna incompreensíveis para muitos e, no entanto, seguem criando, transformando ou perpetuando realidades. A Teoria da Relevância, de Sperber e Wilson, serviu como suporte para demonstrar porque tais textos tornam-se intencionalmente ininteligíveis e como fazer para que o aluno possa entender a importância de fazer o esforço de processamento necessário para a sua completa compreensão.

Necessário, portanto, se faz desmistificar, através do estudo da linguagem, as relações de poder que perpassam a sociedade brasileira e que ajudam a manter, de certa forma, tudo como está: os ricos, cada vez mais ricos; os pobres, cada vez mais pobres e dependentes de projetos sociais governamentais e uma grande massa de pessoas desassistidas e incapazes de lutar pelos seus direitos mais elementares.

Sinceros agradecimentos pelas valiosas contribuições à Professora Doutora Márcia Sipavicius Seide, aos colegas professores da Rede Estadual de Ensino e que participaram do GTR – PDE – 2007, aos alunos do 3º Ano Matutino – 2008, aos colegas professores, à direção e a equipe pedagógica do Colégio Estadual Antônio Maximiliano Ceretta, à Luíza Ramos Amado e à Editora Record, na pessoa de Magda Tebet e, especialmente, à minha família.

O nexu fundamental entre o objeto deste estudo, o material didático produzido e a Teoria da Relevância, apresentada no livro: **Relevância: Comunicação e Cognição** escrito por Dan Sperber (docente na Universidade de Paris) e por Deidre Wilson (docente em Lingüística no University College London), fundamenta-se no conceito de que o ser humano presta atenção ou se preocupa com estímulos que vêm ao encontro de seus interesses.

A Teoria da Relevância define-se como uma abordagem pragmático-cognitiva que toma por base esta característica inerente à cognição humana. Para esta teoria uma das características essenciais da comunicação humana e do estudo dos significados é o reconhecimento das intenções do sujeito que produz a enunciação.

Estas intenções podem ser manifestadas de maneira sutil ou evidente, isto é, de forma intencional. A afirmação central da Teoria da Relevância é a de que expectativas de relevância geradas por um enunciado são precisas e previsíveis o suficiente para guiar o ouvinte ou o leitor na direção do significado do falante ou do enunciador do texto escrito.

A relevância, conforme esta teoria, é uma propriedade de seleção inconsciente de entrada de dados para os processos cognitivos. Tais entradas (*inputs*) podem ser constituídas de elocuições, pensamentos, memórias, ações, sons, visualizações, cheiros ou outros estímulos quaisquer.

Para os alunos, bem como para qualquer cidadão, uma informação (*input*) será considerada relevante se for ao encontro de suposições que o mesmo já tem (*background*), podendo gerar uma nova suposição ou até contradizê-la. A mudança de opinião denomina-se *efeitos contextuais* (cognitivos), que são interferências não-triviais, do ponto de vista da lógica cognitiva.

A compreensão é alcançada quando a intenção comunicativa é satisfeita, isto quer dizer, quando o leitor ou o ouvinte foi capaz de compreender as intenções comunicativas do enunciador.

Fundamentados no estudo da Relevância, Sperber e Wilson desenvolveram os seguintes princípios:

**Princípio Cognitivo:** “A cognição humana tende a dirigir-se para a maximização da relevância”.

Ou seja, diante de diversos estímulos (denominados de *input*) – que podem ser um som, um enunciado, uma visão, uma lembrança; alguns passam despercebidos; outros, em razão da forma como o sistema cognitivo humano se desenvolveu, buscando sempre o aumento da eficiência, vão ser automaticamente processados por serem potencialmente relevantes. Isto é, nossa mente seleciona automaticamente e volta a sua atenção para estímulos que nos dizem respeito, que nos trazem alguma significação, e que, podem ser processados com a utilização de nossos conhecimentos prévios (*backgrounds*), de modo a produzir conclusões importantes, que venham a aumentar o seu conhecimento, confirmar uma suspeita, tirar uma dúvida ou corrigir uma impressão equivocada. Isto explica por que, por exemplo, prestamos mais atenção ao ouvir o som de algo que se quebrou dentro de nossa própria casa do que se ouvirmos o som de algo se quebrando na casa do nosso vizinho.

Uma informação importante fornecida pela Teoria da Relevância, quando se tem em mente o processo educacional, é que o comunicador, ou o professor, pode fazer a seleção de *inputs*, ou seja de estímulos, de forma intencional – o que se denomina de estímulo ostensivo, projetando-os para atrair a atenção dos ouvintes (dos alunos) para conseguir que eles foquem a sua atenção no significado pretendido pelo comunicador (professor). É por este motivo que o uso intencional de estímulos ostensivos pode criar expectativas de relevância precisas e previsíveis, tornando o processo de aprendizagem mais eficaz. Cumpre esclarecer que todo estímulo é ostensivo. Quando há concorrência de estímulos, a mente processa aqueles que o sujeito julga mais relevantes. A eficácia de uma aula depende do julgamento que os alunos fazem da fala do professor: ela precisa ser julgada como mais relevante do que os outros estímulos ostensivos à disposição dos alunos. Isto quer dizer que, para apresentar o conteúdo a ser ministrado, o professor precisa criar estratégias que despertem no aluno a curiosidade para que eles queiram estudar tal assunto, antes de iniciar a sua aula.

Outro princípio apresentado pelos teóricos é o **Princípio Comunicativo**, segundo o qual: “Todo estímulo ostensivo comunica a presunção da sua própria relevância ótima”.

Explicitando o princípio, pode-se afirmar que, durante o processo de comunicação, o enunciador tem por objetivo atrair a atenção de seus interlocutores e ao fazer isto, sugere-lhes que aquilo que irá enunciar é relevante o suficiente para merecer sua atenção.

Assim, para a compreensão da Relevância deve-se considerar que o interlocutor efetuará o esforço de processamento das informações que lhe estão disponíveis efetuando uma seleção inconsciente e que se fundamenta nos seguintes processos:

a) Quanto maior é o número dos efeitos cognitivos, maior é relevância.

Por efeitos cognitivos entende-se o processamento da informação nova e que se conecta a uma informação prévia já disponível produzindo conclusões que importam para o indivíduo porque respondem a questões que ele já tinha em mente, aumenta o seu conhecimento, confirma, esclarece ou modifica uma opinião.

Ou seja, somente acontecerá a efetiva comunicação e compreensão se as informações que estão sendo disponibilizadas encontrarem uma base de conhecimentos (*background*), que inclui domínio do léxico, situações já vivenciadas anteriormente, leituras, experiências que permitam processar a informação nova e gerar efeitos cognitivos, que são, em outras palavras, novos conhecimentos, nova estruturação mental. Quer dizer que, quanto mais o indivíduo alcança a compreensão de algum assunto, considerando o que já dominava e os *inputs* que estão sendo disponibilizados, maior será a relevância, maior será a aprendizagem efetiva.

b) Quanto menor é o esforço de processamento, maior é a relevância.

Os estudos efetuados demonstraram que quando os esforços mentais requeridos para o processamento de uma informação são demasiadamente difíceis, a tendência natural e inconsciente é que o indivíduo abandone a tentativa de seu processamento, de sua compreensão. Portanto, os novos conteúdos devem ser dosados e de certa forma “facilitados”, levando-se em consideração os pré-requisitos já disponíveis na mente do interlocutor e que podem possibilitar o seu efetivo processamento.

Ora, o processamento somente será possível a partir de um conjunto de fatores tais como o contexto (a situação comunicativa e as informações que o interlocutor já domina mentalmente), a acessibilidade das suposições enciclopédicas (ou seja, a capacidade de dominar e adequar os significados das

palavras – léxico – àquele conteúdo ou situação experimentada) e ainda as considerações de relevância. Por entradas enciclopédicas entende-se o conhecimento de mundo necessário para uma interpretação coerente para um determinado item lexical, conforme seu uso num contexto dado. Por exemplo: dois amigos, Pedro e Raul, estão conversando sobre onde almoçarão. Pedro quer ir a um restaurante por quilo, mas Raul quer comer feijoada. Após ouvir Pedro, Raul lhe pergunta: - Vamos ao Restaurante do João? Para interpretar o enunciado de Raul, Pedro precisa saber que o “Restaurante de João” vende comida por quilo, caso contrário não entenderá que Raul se rendeu aos seus argumentos. Esclareça-se, contudo, que parte de uma entrada enciclopédica, que é o significado linguístico de um vocábulo, faz parte do conhecimento de mundo acerca desse significado.

Aplicando-se tais princípios às tentativas de interpretação e compreensão de textos jurídico-contratuais do cotidiano (contratos, leis, regulamentos, atas, acordos judiciais, etc...), pode-se pressupor que, para o cidadão comum, é especialmente relevante o momento em que ele utiliza a linguagem para relacionar-se, por meio destes textos, com outras pessoas ou instituições. Especialmente porque, nestas situações, ele está a definir a sua situação no mundo.

Contudo, a maioria dos brasileiros depara-se, freqüentemente, com uma gama de textos diante dos quais se sente impotente, ignorante, ingênuo e incapaz de interpretá-los e muito menos de alterá-los a seu favor ou interesse.

Se para o sujeito, o momento de firmar um contrato, assinar um documento, uma intimação judicial ou qualquer outro texto mais formal é relevante, por que então um número significativo de pessoas nem tenta ler tais contratos, diz que não entende, pede para alguém explicar ou então confia apenas na "palavra" do outro ?

Algumas das dificuldades de interpretação e de compreensão que os contratos apresentam ao sujeito podem assim ser resumidas:

a) vocabulário erudito, arcaizante ou extremamente técnico que é inacessível para o homem médio.

b) textos muito longos que exigem muito esforço para serem processados;

c) referência a artigos de leis que o contratante desconhece;

d) uso de letras minúsculas em cláusulas realmente importantes para o consumidor;

e) uso de sublinhas em cláusulas não tão importantes ou que são importantes apenas para a parte que formulou o contrato;

f) detalhes importantes omitidos ou escritos em notas de rodapé;

g) falta de boa-fé objetiva; cálculos enganosos - juros, tarifas, etc.

Já há previsão legal de que os contratos devem ser celebrados primando -se pela boa-fé dos contratantes, mas, apesar desta disposição legal, não é isto que ocorre na maioria dos casos.

Nos mandados, editais e intimações judiciais as principais dificuldades enfrentadas, além das já citadas acima, são:

a) terminologia jurídica inacessível ao homem médio;

b) ausência de advertências claras acerca das conseqüências jurídicas, penais, econômicas ou pessoais em caso de não comparecimento, inadimplência, mentira ou outras posturas.

Desta forma, pode-se afirmar que a falta de entradas enciclopédicas, falta de familiaridade com o vocabulário e a extensão do texto e os outros fatores que já foram explicitados, fazem com que os textos jurídico-contratuais não atinjam a sua relevância ótima porque não conseguem produzir efeitos contextuais (modificações cognitivas, compreensão, mudança de opinião, confirmação de uma expectativa antecipada) e também porque exigem um grande esforço de processamento, perdendo, desta forma, a sua relevância.

A Teoria da Relevância explicita, ainda, o procedimento de compreensão de um enunciado indicando qual o processo a ser percorrido em direção à relevância:

a) siga um caminho de menor esforço no cômputo de efeitos cognitivos: teste hipóteses interpretativas (desambiguações, resolução de referências, implicaturas, etc.) em ordem de acessibilidade.

Entretanto, observou-se que, dado o grau de dificuldade dos textos jurídicos e contratuais, o sujeito leitor sequer consegue testar hipóteses, produzir desambiguações ou compreender as implicaturas. A única certeza que a maioria das pessoas têm é que não consegue compreender aquele tipo de texto e que, como precisa dele, precisa também assiná-lo confiando no outro, apesar de saber que as reais intenções da outra parte nem sempre são muito nobres.

b) pare quando suas expectativas de relevância forem satisfeitas.

Todas as pessoas, diante de um conhecimento novo, ativam os seus processos mentais e começam a fazer suposições no sentido de conseguir atribuir

a significação correta àquilo que está sendo apresentado. Vão testando hipóteses mentalmente, vão descartando aqueles efeitos cognitivos considerados falsos e param de efetuar o esforço de processamento quando atingem ou pensam que atingiram a compreensão.

Com relação ao parar quando as expectativas forem satisfeitas observa-se que, em geral, quando o homem comum tenta compreender textos jurídicos ou contratuais, por ser tão grande o esforço de processamento e tão difícil chegar à compreensão; ou as expectativas de relevância são falsamente satisfeitas (o sujeito acha que compreendeu, mas não compreendeu) ou sequer chega a fazer tal esforço. É o que acontece quando o sujeito-leitor desiste de tentar entender aquilo que está lendo ou ouvindo. Isto fica bastante evidenciado durante uma aula. Se o professor falar muito difícil, rápido e utilizar demasiadamente terminologias que os alunos desconhecem, em poucos minutos, todos estarão brincando ou fazendo outra atividade, o que demonstra que deixaram de tentar entender aquele assunto.

### **1. Considerações sobre as diretrizes curriculares para o Ensino Médio e a elaboração do material didático**

A sociedade brasileira passa por transformações aceleradas e profundas, há poucos anos, grande porcentagem dos brasileiros eram analfabetos, hoje, ainda, milhares o são. O contato com a linguagem escrita, apesar de estar crescendo paulatinamente, ainda representa um tabu para grande parte da população. Simultaneamente, há uma crescente institucionalização do uso da palavra. As relações que no passado se davam de modo oral, presencial, historicizadas e que estavam permeadas, via de regra, de valores tais como honra, o valor da palavra empenhada e até mesmo os "acordos feitos no fio do bigode", quase não existem mais.

O intervalo inevitável entre o pensamento e a palavra verbal ou entre o pensamento e a palavra escrita e mais, o intervalo entre o que um sujeito pretendeu dizer ou escrever e o que o outro sujeito foi capaz de inferir é capaz de produzir verdadeiros desastres na vida civil, social, penal, contratual ou jurídica do cidadão. Em situações formais, a frieza das palavras pode produzir conseqüências desastrosas e injustas, mas também pode salvar, absolver e fazer justiça.

Contudo, ainda hoje, grande parcela da população brasileira, por ser iletrada ou por apenas dominar rudimentarmente a linguagem escrita, vale -se tão somente da confiança para resolver os seus problemas. Outras vezes, ficam à mercê da justiça sem que se manifestem, motivados pela descrença na aplicação da própria justiça, pelo sentimento de inferioridade, pela acomodação e pela falta de informações.

À medida em que o acesso ao Ensino Médio se universaliza, há o ingresso de um número cada vez maior de alunos provenientes das classes populares neste nível de ensino. A oportunidade de estudo para estas pessoas, na maioria dos casos, termina, também, no ensino médio. Isto se dá por inúmeras razões: em alguns casos por falta de interesse, em outros por falta de uma boa base escolar que lhes permita prosseguir nos estudos e disputar as poucas vagas existentes nas universidades públicas, através dos tão concorridos vestibulares. Outros alunos necessitam ingressar prematuramente no mercado de trabalho e, assim, não podem prosseguir em seus estudos. O certo é que, para a maioria dos brasileiros, o que se apreende até o Ensino Médio vai pautar o resto de suas vidas.

Paradoxalmente, os conteúdos de Língua Portuguesa trabalhados neste nível de ensino, em geral, estão demasiadamente voltados a o vestibular ou atrelados a currículos ultrapassados e desvinculados dos desafios cotidianos perpassados pela linguagem e que coloca o cidadão em uma posição extremamente passiva e submissa.

Para que o aluno possa ter êxito na escola e possa valorizar a sua cultura, a escola também precisa valorizar o dialeto de origem dos alunos, como uma forma de não calar a sua voz, como forma de não contribuir, ainda mais, para a segregação de grupos sociais. Contudo, este reconhecimento não basta. Ao mesmo tempo em que a escola precisa acolher os diversos dialetos e conviver com as diversidades culturais, faz-se necessário, no espaço escolar, propiciar o acesso das camadas populares à linguagem dita “padrão”.

Maurizio Gnerre afirma que a linguagem constitui um poderoso arame farpado que bloqueia o acesso ao poder. A leitura ou a redação de um texto jurídico exige, além da competência de leitura e escrita, o conhecimento de uma fraseologia complexa, o domínio ou o uso dos clichês e das frases feitas que são de praxe. Para Gnerre, a linguagem dos textos jurídicos assemelha-se às linguagens especiais, com léxico próprio e estruturas gramaticais diferenciadas.

Portanto, sendo uma linguagem especial, ela exclui as pessoas da comunidade externa de seu uso ou compreensão e simultaneamente serve ao seletivo grupo que domina este conhecimento para reafirmar a sua identidade. (Gnerre, 1994, p.22-23).

Considerando a relação entre linguagem e o poder, explicitada por Gnerre, textos do cotidiano do homem médio<sup>2</sup> - textos que circulam entre as pessoas no universo jurídico, do trabalho, dos contratos, dos regulamentos, dentre outros e que desafiam o cidadão a se posicionar criticamente diante da realidade – foram retomados para serem incorporados ao ensino de Língua Portuguesa. Para tanto, houve a criação de um material didático, haja vista que esses textos exigem competência de leitura e conhecimento enciclopédico e se revelam de suma importância, já que determinam, muitas vezes, a situação do sujeito no mundo.

Através do material didático desenvolvido, pretende-se demonstrar para os alunos o poder das palavras como construção da realidade e desafiar -los a desvendar, o mistério dos implícitos e das inferências, das palavras sublinhadas ou minimizadas, como aspectos necessários a serem considerados em todos os momentos da enunciação, especialmente para a compreensão global do real significado pretendido pelo enunciador.

Ainda com relação a este tipo de texto, cabe questionar por que é tão difícil e, às vezes, até impossível, para o cidadão comum compreender a linguagem que permeia os textos jurídicos, contratuais e outros?

Esta dificuldade decorre, por exemplo, do desconhecimento do vocabulário e da falta de entradas enciclopédicas que fazem com que o esforço requerido para o processamento de tais informações tornem-nas irrelevantes, apesar de toda a relevância que têm.

Questiona-se, então, se seria intencional a utilização desta forma de linguagem para induzir o povo a desinteressar-se por aquilo que está, naquele momento, gerando ou abolindo direitos.

Pode-se pensar na hora da celebração de um contrato (situação pela qual todos nós passamos). A maior parte das pessoas afirmam que não entendem a linguagem de um contrato, e ainda assim, na hora de comprar, alugar, contratar e realizar outros atos da vida civil são obrigadas a assiná-los.

---

<sup>2</sup> Entende-se por homem médio o cidadão que não tem uma formação especializada em linguagem jurídica ou contratual - e basicamente o sujeito que sai do Ensino Médio e que ingressa no mercado de trabalho.

**Como diz o professor Dermeval Saviani: enquanto o dominado não dominar o que o dominador domina, não conseguirá sair de seu estado de dominação (FARIA, 1985, p.79).**

Se a sociedade é capitalista, desigual e injusta, não se pode ficar de braços cruzados, esperando uma revolução que traga paz, igualdade e justiça. Ela não ocorrerá se as pessoas não perceberem, primeiramente, como são exploradas através das relações que firmam cotidiana e individualmente.

O material didático desenvolvido demonstra aos alunos que tais relações não são ingênuas. A incapacidade de o sujeito se posicionar criticamente diante de tais textos e mesmo de compreendê-los enriquece companhias telefônicas, bancos, financeiras, lojas de departamentos, coloca inocentes atrás das grades, liberta bandidos (ou vice-versa) – e tudo isto se dá pela linguagem.

**O poder das palavras é enorme, especialmente o poder de algumas palavras, talvez poucas centenas, que encerram em cada cultura, mais notadamente nas sociedades complexas como as nossas, o conjunto de crenças e valores aceitos e codificados pelas classes dominantes. (GNERRE, 1994, p.20).**

Portanto, o material didático pretende trazer para o seio da escola, textos que, na vida cotidiana, desafiam qualquer leitor mais experiente a tentar compreendê-los e a enfrentá-los na busca daquilo que se considera justo e igualitário.

Focar o processo educativo neste aspecto não é novidade. Inúmeros teóricos têm demonstrado a importância de propiciar às classes populares o instrumental de que necessitam para poder desmistificar as relações sociais e buscar o seu espaço de dignidade dentro da sociedade.

Magda Soares afirma que é necessário propiciar aos alunos provenientes das classes populares o acesso ao dialeto social de prestígio, não para que se adaptem a ele, mas para que possam adquirir um instrumento fundamental para a sua participação política e para a construção de uma sociedade mais justa. Para tanto, o aluno deve ser levado a compreender de que forma um dialeto adquire prestígio e outro não. Reconhecendo isto, o aluno poderá dominar os dois dialetos: o da sua comunidade e o dialeto de prestígio para que possa utilizá-lo na sua luta

contra a marginalidade, pela transformação social e pela igualdade. (SOARES, 1987, p.78 e 79)

Segundo a teoria da Relevância, é possível trabalhar com uma variedade de gêneros textuais e obter um aproveitamento ótimo se a escola e o professor conseguirem, ostensivamente, demonstrar, aos educandos, a necessidade de se dominar este tipo de linguagem.

Será que os alunos egressos do Ensino Médio da Rede Pública de Educação do Paraná têm, na linguagem, um instrumento de comunicação, de interação social e de luta ou uma eterna armadilha, cilada, emboscada ?

**Os cidadãos, apesar de declarados iguais perante a lei, são, na realidade, discriminados já na base do mesmo código em que a lei é redigida. A maioria dos cidadãos não têm acesso ao código, ou, às vezes, tem uma possibilidade reduzida de acesso, constituída pela escola e pela *norma pedagógica* ali ensinada (GNERRE, 1994, p.10).**

É imprescindível que tais relações sejam explicitadas, e mais, que uma vez explicitadas, passem a incorporar o cotidiano escolar, única fonte capaz de saciar o desejo de esclarecimento, o desejo de ser capaz de participar da vida social, o desejo de não ser massa de manobra e de não ser lesado sempre que precisa utilizar a linguagem, especialmente na modalidade escrita, para firmar contratos, pactos ou compromissos.

Ainda hoje, somente a escola é quem pode, modificando seus paradigmas, alterando seus currículos, contribuir, efetivamente para a formação da cidadania.

A elaboração do material didático propôs-se a realizar esta análise sistematizada acerca dos fatores lingüísticos, lexicais, contextuais e de relevância que aproximam ou que distanciam as pessoas, especialmente as provenientes das camadas populares, do domínio da linguagem jurídico-contratual e por consequência da aplicação da justiça e do exercício da cidadania.

Ressalte-se, também, que a aplicação prática da Teoria da Relevância como fundamentação teórica para a elaboração do material didático aplicado em sala de aula teve por objetivo auxiliar a transformar e aprofundar as potencialidades da leitura, partindo, preliminarmente, da estimulação ostensiva para o assunto que seria na seqüência abordado; em segundo lugar, buscando o aprimoramento do léxico através de atividades diversificadas e em terceiro lugar, utilizando -se textos e atividades que, pela sua significação para o cidadão no mundo moderno,

poderiam propiciar um tamanho interesse que faça com que os alunos considerem que vale a pena realizar o árduo esforço de processamento de textos que não são tão simples, mas que são extremamente importantes.

Com a ajuda do material didático, os alunos do Ensino Médio poderão ter acesso aos textos jurídico-contratuais pautando-se nas considerações teóricas de que o enunciado, e no caso deste estudo, os textos jurídicos -contratuais são um efeito ostensivo. Eles são uma evidência direta da intenção informativa do falante ou do contratante e, além de informar, alcançam efeitos cognitivos, ou seja, produzem modificações cognitivas ou, até comportamentais, no sujeito que ouve, lê ou assina um documento. Entretanto, para que tais textos possam ser compreendidos, necessário se faz torná-los acessíveis do ponto de vista lingüístico e interessantes, demonstrando aos mesmos as conseqüências práticas favoráveis ou não, que tais textos podem acarretar em suas vidas. Desta forma, o material didático serve como mediação, como facilitação, como formação de um *background* na mente dos alunos que lhes permitia a assimilação de tais conteúdos.

## **2. O Material Didático.**

O material didático produzido foi elaborado para ser aplicado com os alunos do Ensino Médio e utiliza os conteúdos pedagógicos contemplados nas Diretrizes Curriculares do Ensino Médio do Estado do Paraná e seus conteúdos estruturantes.

O objetivo foi criar um material desafiador, que despertasse a curiosidade dos alunos para a aprendizagem de conteúdos realmente significativos para as suas vidas. Foi elaborado de forma colaborativa através da interação com outros colegas professores da Rede Pública de Educação do Estado do Paraná, através de um Grupo de Trabalho em Rede, que era um curso *on line* denominado GTR - cuja tutoria cabia aos professores PDE - e que serviu como um curso de formação continuada para os docentes da Rede Estadual de Educação do Paraná.

O material didático visou, também, através da aplicação da Teoria da Relevância e dos fundamentos teóricos do método dialético de elaboração do conhecimento, fundamentado no tripé: prática – teoria – prática (Gasparin - 2005)

conscientizar os alunos acerca do Poder da Linguagem e da necessidade de se dominá-la em diferentes situações do se cotidiano.

Para o desenvolvimento do material didático, procurou-se utilizar a teoria da relevância de modo que, antes de introduzir cada tópico do estudo, através de debates orais, os alunos fossem levados a refletir sobre questões que dizem respeito à sua própria existência e que tem relação direta com os conteúdos que viriam a ser estudados logo em seguida. Procurou-se, desta forma, criar expectativas que pudessem dirigir a atenção dos alunos e estimulá-los a realizar mentalmente o esforço necessário para o processamento das novas informações.

O texto inicial do material didático é o conto “Um Cinturão” de Graciliano Ramos. Em seguida faz-se a análise dos aspectos literários do conto, os alunos são levados a perceber as relações de poder, justiça x injustiça, entre pai e filho.

Depois, através do estudo de um fragmento do texto: “Eles os juízes visto por nós, os advogados”, de Piero Calamandrei, analisa-se o poder de vida ou morte levado a termo através da palavra, do julgamento, da defesa ou não do acusado.

Desta forma, são apresentadas noções de justiça x injustiça; relações de poder; o silêncio x o domínio da palavra; a violência doméstica x a violência institucionalizada visando preparar os alunos para o contato com os textos jurídicos, contratuais, atas e outros que requerem maior grau de formalidade, levando-os a perceber as suas implicações sociais, as relações de poder que através deles se estabelecem bem como a buscar ferramentas que propiciem a sua compreensão e a tomada de atitude em face de tais desafios.

Dominando novos conhecimentos lingüísticos, espera-se a transformação particular dos sujeitos e a sua interação social na busca da construção de uma sociedade mais justa, cooperativa, solidária e sustentável.

O material didático elaborado abrangeu os seguintes conteúdos da disciplina de Língua Portuguesa e Literatura:

a) Leitura de textos diversificados e a Literatura a partir do conto “Um Cinturão” do autor Graciliano Ramos, oportunizando-se ainda uma visão geral sobre aspectos do Modernismo.

b) A identificação de Gêneros Literários e o conceito de Conto.

c) Trabalho com o léxico, substituição lexical e sinonímia utilizados nos textos trabalhados como forma de ativar as entradas enciclopédicas propiciando sua interpretação.

d) Explicitação do conceito de Poder e o Poder da Linguagem.

e) Reconhecimento e utilização do gênero textual: ata.

f) Reconhecimento e utilização do gênero textual: contrato.

g) Reconhecimento e utilização do gênero textual: texto jurídico.

Antes de iniciar os trabalhos em cada capítulo os alunos eram desafiados a participarem de uma discussão prévia sobre o tema. Tais discussões abordaram aspectos sobre a violência, o Estatuto da Criança e do Adolescente, aplicação da justiça no Brasil, formas de poder, formas de contratos e obrigações deles decorrentes, direitos do consumidor, direitos decorrentes de relações afetivas dentre outros. Desta forma trabalhou-se a ORALIDADE dos alunos que consistia na motivação para cada etapa do trabalho, estratégia que também foi adotada para o relato das pesquisas, discussão de temas polêmicos e audição de palestras pertinentes aos temas.

No encarte pedagógico, frisou-se a importância de estimular a expressão oral dos alunos, sem apresentar respostas prontas, pois despertando a curiosidade deles pode-se tornar a aprendizagem mais efetiva na medida em que as respostas alcançadas ao longo do trabalho vão ao encontro das expectativas geradas pelo próprio debate.

O segundo aspecto trabalhado em cada capítulo consistia em atividades de LEITURA. As leituras propiciaram introdução aos temas abordados, contemplando Entradas Enciclopédicas, sensibilização para a fruição do texto literário, contato com texto de escritor consagrado da Literatura Brasileira e noções pertinentes ao Gênero Literário. Ao longo do processo os alunos perceberam a necessidade de dirigir especial atenção com relação à leitura de gêneros textuais que, na vida cotidiana, podem interferir definitivamente na vida dos mesmos. O trabalho pedagógico com a leitura deve seguir uma metodologia que, sutilmente, conduza os alunos à compreensão do texto e à atribuição de significados do texto para as suas experiências pessoais.

O aprofundamento da leitura em busca de sua mais profunda compreensão foi buscado através de um trabalho sistematizado com o LÉXICO. As atividades envolvendo o léxico da Língua Portuguesa visam a ampliação do conhecimento do

vocabulário, a formação de um *background* que possibilite a entrada de novas informações e a conseqüente melhoria na compreensão dos textos. É muito importante salientar que o trabalho como o léxico deve ser cotidiano e variado para não se tornar enfadonho. Para isto, são propostas atividades coletivas de discussão do vocabulário, pesquisas em grupo, pesquisas individuais, consulta sistemática ao dicionário, desafios lúdicos, a prática de percepção de implícitos, das ambigüidades, do duplo sentido, das metáforas, da conotação e denotação, das ironias e outros aspectos pertinentes a esta área da linguagem.

Em todos os capítulos do material didático, os alunos também foram desafiados a realizarem atividades de PESQUISA. Este é um dos aspectos fundamentais do material porque, despertando a curiosidade dos alunos e incentivando a pesquisa, prepara-se o ambiente cognitivo dos mesmos para o processamento de novas informações, as quais serão consideradas relevantes e serão efetivas. Tal processo se dá contemplando as Entradas Enciclopédicas, visando despertar a curiosidade dos alunos ou complementar os conhecimentos já adquiridos. Neste aspecto, considera-se fundamental indicar sites da internet, revistas, livros e outras fontes. Contudo, convém observar que os alunos provêm de famílias com diferentes condições tanto de tempo, quanto de acesso aos meios de pesquisa. Desta forma, tais atividades devem ser propostas e valorizadas, mas jamais servir como instrumento de avaliação ou como forma de desestímulo para aqueles que não podem realizá-las. Cabe, portanto, ao professor, quando considerar a atividade indispensável, propiciar o acesso ao laboratório de informática ou à biblioteca para que a pesquisa seja realizada no ambiente escolar.

Realizadas as atividades anteriores, considera-se que o aluno está preparado para aprofundar-se na INTERPRETAÇÃO dos textos trabalhados. Pois através das leituras, das pesquisas, das atividades de ampliação lexical, dos debates em classe, das explicações do professor e das atividades propostas o aluno estará exercitando e ampliando a sua capacidade de interpretação de texto. Tais atividades podem ser realizadas oralmente ou por escrito, sendo importante valorizar o registro realizado pelo aluno.

Em cada capítulo, o material didático apresentou um tópico denominado CONTEXTUALIZAÇÃO E ATUALIDADES. Neste espaço foram disponibilizadas informações pertinentes aos conteúdos trabalhados tanto como forma de despertar a sua motivação para o tema bem como para acrescentar-lhes ferramentas e

informações que lhes possibilitem a tomada de posições críticas em suas relações sociais e nas tomadas de decisão.

Ao longo ou ao final de cada módulo os alunos foram desafiados a produzirem REDAÇÕES sobre os temas tratados. Tal atividade proporciona aos alunos a fixação dos conteúdos, a tomada de posição frente às discussões efetuadas, a utilização do vocabulário apreendido e a prática de produção de textos.

### **3. A aplicação do material didático.**

Após todo o trabalho de pesquisa e de fundamentação teórica sobre a Teoria da Relevância, sobre o currículo do Ensino Médio e metodologias educacionais, através das orientações da Professora Doutora Márcia Sipavicius Seide (Unioeste) e dos diversos cursos realizados como parte integrante do PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional), os professores passaram a interagir com os demais colegas da Rede através do GTR.

Cada professor que cursava o PDE foi tutor de um dos cursos denominados GTR (Grupo de Trabalho em Rede) que, através da internet, permitiu a disseminação dos conteúdos que já haviam sido estudados, o intercâmbio de experiências e de informações sobre práticas pedagógicas e a discussão sobre o material pedagógico que estava sendo desenvolvido. Desta forma, pode-se considerar que o material didático foi realimentado e desenvolvido de forma cooperativa entre a professora tutora e os professores cursistas e aplicadores.

O material didático, então, foi disponibilizado, através do GTR, para outros 12 professores aplicadores e foi testado simultaneamente em 21 turmas do Ensino Médio, abrangendo 624 alunos, de núcleos urbanos e rurais, em turmas de ensino diurno e noturno e foi considerado, tanto pelos professores quanto pelos próprios alunos muito interessante e pertinente.

Em média, o material didático elaborado pode ser aplicado a contento em um bimestre. Tal prazo de aplicação dependerá das condições existentes para que os alunos façam as suas pesquisas, tais como a existência de laboratório de informática ou o fato de os alunos terem acesso à internet em seus lares.

Para auxiliar o trabalho dos professores foi disponibilizado aos mesmos um Encarte Metodológico com sugestões para a condução das aulas e com as

possíveis respostas para as questões. Tal encarte não pretende servir como manual, mas apenas como um indicativo e um apoio para os professores que utilizarão o material didático elaborado.

#### **4. O material didático em minha turma de aplicação**

O Material Didático desenvolvido foi aplicado na 3ª Série do Ensino Médio Matutino do Colégio Estadual “Antônio Maximiliano Ceretta”. Nesta turma estudam 38 alunos, provenientes da classe média e de filhos de trabalhadores que residem nos bairros, sendo que muitos alunos trabalham no contra-turno escolar. Muitos destes alunos afirmam que pretendem prestar vestibular e seguir no mundo acadêmico. A turma, apesar de numerosa, é bastante madura e não apresenta maiores dificuldades quanto ao interesse e à disciplina. Também há bastantes diferenças quanto ao domínio da leitura, da escrita e da oralidade. Há alunos com um bom nível e com conhecimentos compatíveis com a série que freqüentam, entretanto também há alguns alunos que apresentam graves dificuldades quanto à leitura e à escrita.

O material didático elaborado foi reproduzido através de fotocópias e disponibilizado aos alunos. O início dos trabalhos ocorreu no dia 24 de março de 2008, com a discussão acerca da violência doméstica. Os alunos participaram ativamente de tais questionamentos, sendo que muitos reportaram situações de violência bastante graves, Quando iniciaram a leitura do Conto “Um Cinturão” já estavam focados no tema que se estava trabalhando. Uma triste coincidência, mas que valorizou a discussão, foi que, nesta época, a mídia retratava com muita intensidade o assassinato da menina Isabela, que foi, em tese, jogada pelo seu próprio pai da janela do sexto andar do prédio em que moravam.

No trabalho com o léxico, os alunos não tiveram qualquer dificuldade, mas deve-se observar que foi através da análise lexical que os mesmos puderam começar a perceber as características do conto, do autor e enfim do trabalho artístico com a linguagem.

Seguiram-se as aulas sobre gêneros literários, características do conto sendo que os alunos reportaram haverem compreendido muito bem tais aspectos. Até neste ponto, a turma discutiu a violência, a infância, o Estatuto da Criança e do

Adolescente, a impossibilidade de defesa da criança diante de um pai arbitrário e violento.

Na quarta aula do primeiro capítulo, a turma começou a debater sobre justiça e erros judiciários e, em seguida, foi apresentada ao fragmento de texto extraído do livro: Eles, os juízes, vistos por um advogado. Este texto retrata a morte de um inocente sendo que tanto o juiz quanto os legisladores dormem tranquilos atribuindo a morte do inocente à interpretação do silogismo legal. Então, os alunos passaram a refletir acerca do poder da palavra. Discutiram sobre pena de morte, sobre casos de injustiças cometidas pelo Poder Judiciário e sobre o uso da palavra para o exercício do direito de defesa.

Na quinta aula, a discussão inicial foi sobre as formas de poder e os meios para se chegar ao poder. Questionou-se o que é poder, o poder democrático e o ditatorial. Desta forma, os alunos puderam perceber que o domínio da linguagem é um meio de acesso ao poder. Pesquisaram, ainda, sobre poder familiar e pátrio poder.

Para as aulas seguintes os alunos foram estimulados a trazerem cópias de atas, de contratos, de textos jurídicos como intimações judiciais e outros que foram utilizados gradativamente durante o desenvolvimento do projeto. Então, lendo as diferentes atas trazidas pelos alunos, eles compreenderam que é através de uma ata que se faz o registro escrito das decisões tomadas por um grupo de pessoas. Perceberam, ainda, que tal texto é “lei” entre as partes e deve ser respeitada pela coletividade. Aprenderam a redigir uma ata observando todos os seus aspectos indispensáveis.

Com então já estávamos em final de bimestre, algumas aulas foram utilizadas para a realização de avaliações sendo que retornou -se ao trabalho com o material didático já no segundo bimestre.

O foco, então, foi a linguagem dos contratos. Após a discussão prévia sobre como as pessoas realizam negócios, sobre a importância dos contratos, sobre a importância de ler e compreender um contrato antes de assiná-lo, os alunos passaram a estudar um contrato de locação. O estudo do léxico foi feito através de uma cruzadinha e a interpretação através de questões similares às que são formuladas em provas de vestibular, priorizando -se, especialmente as paráfrases.

Em seguida, o estudo foi centrado na análise de um contrato com uma operadora de telefonia celular. Inicialmente os alunos discutiram os problemas que

enfrentam com as operadoras, as estratégias publicitárias, sendo que foram analisadas as propagandas e atenção especial foi voltada para o uso de letras minúsculas que têm como objetivo desviar a atenção do consumidor das cláusulas que lhe são, em geral, prejudiciais.

Em seguida, e em grupos os alunos analisaram um contrato de telefone celular pré-pago. Pesquisaram o léxico e interpretaram as cláusulas observando também as disposições do Código de Defesa do Consumidor e a nova lei de telefonia celular.

O trabalho foi concluído com o estudo de alguns textos que utilizam terminologias pertinentes ao universo jurídico. Para tornar mais acessíveis tais textos, a discussão foi iniciada tendo em vista as relações de poder que podem se estabelecer a partir de um relacionamento amoroso, especialmente se houver a concepção de um filho. Retomou-se a questão do poder familiar e discutiu-se também a necessidade de pagamento de pensão alimentícia para os filhos.

Este assunto, que é vivenciado por muitos alunos que são filhos de pais separados, ou que já tem os seus próprios filhos e famílias constituídas, despertou imenso interesse em toda a turma. A partir da expectativa criada, foram introduzidos textos tais como um mandado de citação para investigação de paternidade, um mandado de citação para o pagamento de pensão alimentícia e o mandado de prisão por não pagamento de pensão. Todos os textos foram estudados quanto ao léxico, à significação, à percepção do poder da linguagem. E em seguida os alunos produziram um texto explicitando suas idéias sobre os assuntos estudados. A última aula para a aplicação do material didático produzido ocorreu no dia 21 de maio de 2008.

## **5. A avaliação do material didático.**

Após as aulas de aplicação, os 38 alunos preencheram um questionário de avaliação. A sistemática adotada foi a da régua para a graduação das respostas porque tal método permite aos alunos visualizarem e retratarem o seu grau de satisfação de forma mais concreta do que o uso de percentuais. Para exemplificar como foi realizado o procedimento, pode-se observar a primeira questão:

**Questão 1.** Você considera que o material didático aplicado é:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
pouco interessante			interessante			muito interessante			

Tabulação das respostas obtidas foi a seguinte:

Valor numérico atribuído na régua	Conceito	Número de alunos que assinalaram	Percentual
3	pouco interessante	Um	1%
5	Interessante	Dois	5%
6	Interessante	Dois	5%
7	muito interessante	Onze	30%
8	muito interessante	Onze	30%
9	muito interessante	Oito	20%
10	muito interessante	Três	9%

É possível observar que 89% dos alunos consideraram o material didático muito interessante; 10% consideraram interessante e apenas 1% considerou pouco interessante.

Se o objetivo principal deste trabalho era conseguir elaborar um material didático que, partindo dos conceitos teóricos da Teoria da Relevância, despertasse o interesse dos alunos para o estudo e desta forma contribuísse para a aprendizagem efetiva, pode-se afirmar que tal objetivo foi plenamente atingido.

Na questão número dois, os alunos foram desafiados a responder se o material didático apresentava temas pouco importantes, importantes ou muito importantes.

As respostas obtidas foram assim tabuladas:

Valor numérico atribuído na régua	conceito	número de alunos que assinalaram	Percentual
5	importante	um	1%
6	importante	seis	15%
7	muito importante	sete	20%
8	muito importante	nove	25%
9	muito importante	dez	27%
10	muito importante	cinco	12%

Nesta questão, se pode constatar que 84% dos alunos consideraram os temas abordados muito importantes e 16% consideraram importante. Nenhum aluno considerou os temas estudados como pouco importantes.

Tais respostas são bastante animadoras porque demonstraram que se a totalidade dos alunos consideraram que os temas abordados são importantes, é

muito provável que se possa afirmar que tais assuntos fazem parte do seu cotidiano, auxiliam na solução de conflitos, trazem maior consciência e possibilitam o exercício da cidadania. As respostas atribuídas à questão dois demonstraram que o material elaborado correspondeu às expectativas e às finalidades que se tinha em mente antes da elaboração do material didático.

Na terceira questão, a pergunta formulada indagava aos alunos se eles consideravam o material didático como muito fácil, fácil, acessível, difícil ou muito difícil.

As respostas obtidas estão abaixo representadas:

Valor numérico atribuído na régua	conceito	número de alunos que assinalaram	Percentual
4	fácil	Quatro	14%
5	acessível	Oito	20%
6	acessível	Dezesseis	40%
7	difícil	Nove	25%
8	difícil	Uma	1%

A grande maioria dos alunos, 60%, considerou o material acessível, 14% considerou fácil e 26% considerou o material difícil.

As respostas atribuídas a esta questão permitiram confirmaram a aplicabilidade da Teoria da Relevância: a mente humana está predisposta a seguir os caminhos que representam menor esforço no cômputo dos efeitos cognitivos. O conteúdo trabalhado (textos jurídicos e contratuais) por sua própria natureza são difíceis para o homem médio, tanto que geram desinteresse e poucas pessoas conseguem interpretá-los. Entretanto a forma utilizada para a elaboração do material didático procurou tornar tais textos mais acessíveis, utilizando uma metodologia diferenciada, permeada pela pesquisa, pela ampliação do léxico e pela contextualização.

Através do uso de tal metodologia, que partiu da prática, para a teoria e retornou à prática, pode-se afirmar que houve aprendizagem efetiva. E isto somente foi possível porque a forma como o conteúdo foi apresentado aos alunos foi considerado, pela maioria, como acessível.

Ora, ficou comprovado que mesmo o trabalho com textos complexos pode ter êxito desde que o professor, ao preparar as suas aulas prepare estímulos ostensivos e faça com que os alunos voltem a sua atenção ao conteúdo que será estudado e em seguida atue como um “facilitador” de modo a tornar tal conteúdo

possível de ser processado mentalmente pelos estudantes, esta “facilitação” evita que eles abandonem o esforço de processamento das informações.

Entretanto, convém observar, nos valores numéricos assinalados na régua, que nenhum aluno considerou os conteúdos como muito fácil a ponto de marcar menos de 4; e que nenhum aluno considerou tão difícil ao ponto de assinalar mais do que 8. É provável que, se os alunos considerassem o material como muito fácil ou como muito difícil, também não encontrassem estímulos suficientes para prosseguirem no seu estudo.

É importante ligar os dados obtidos nesta resposta à resposta apresentada pelos professores do GTR que afirmam houve efetiva aprendizagem em um patamar de 90%.

A última questão proposta aos alunos era aberta e, portanto, não há possibilidade de se tabular as respostas, como vários alunos elencaram mais de um tópico passa-se a relatar em números as respostas obtidas. A questão formulada era a seguinte: Relate o que você apreendeu com a aplicação do material didático e que considerou mais importante. Do total, 19 alunos responderam que aprenderam a ler e elaborar contratos; 17 alunos responderam: o que é conto; 12 alunos responderam: a conhecer as leis e os direitos; 7 alunos responderam: conhecer o que é uma ata; 8 alunos responderam: trabalhar com textos; 4 alunos responderam: redigir cartas; 2 alunos responderam: escrever corretamente; 1 aluno respondeu: o que é poder; 1 aluno respondeu: literatura e 2 alunos consideraram as aulas monótonas.

Alguns relatos dos alunos revelaram-se bastante interessantes e serviram para confirmar as teorias estudadas e que embasaram a elaboração do material didático. Um dos alunos afirmou: “aprendi muitas coisas que eu nem dava importância e que poderão me ajudar em muitas coisas no meu dia a dia. Eu achei muito interessante e importante a parte em que estudamos sobre os contratos”.

No mesmo sentido foi a manifestação de outros alunos: “todo o conteúdo foi muito importante porque além de estar ensinando o português também ensina fatos do dia a dia, a aprender a lidar com assuntos que acontecem com nós no dia a dia e muitas vezes nós não tínhamos nem noção do que fazer e todo esse estudo nos passou uma base”.

Outra manifestação foi no seguinte sentido: “aprendi a interpretar textos e a conhecer meus direitos e meus deveres”

O relato de um deles foi bastante peculiar porque deixou transparecer a importância de tornar os textos acessíveis aos alunos, disse ele: “aprendi a diferenciar contos, quais são as suas características, os gêneros literários, vocabulário de contratos e a forma e facilidade de ler um deles. O que achei mais importante foi a interpretação, feita cuidadosamente, em cada aula”.

Provavelmente a síntese de que os objetivos traçados foram alcançados revelam-se através desta opinião: “aprendi o que é conto, como identificá-lo, entre as outras narrativas, a ler e interpretar um contrato, mandar uma carta de reclamação, preencher um contrato, entender o que é, como funciona um mandado e mais importante, aprendi mais sobre os direitos e meios que temos até a justiça”.

Como o que se pretendia, em suma, era proporcionar ferramentas, através da linguagem, para que os alunos provenientes de classes populares pudessem compreender situação no mundo, pudessem estudar e lutar pela transformação desta sociedade, exigindo os seus direitos e reconhecendo também os seus deveres, pode-se afirmar que os objetivos foram alcançados.

De fato, pelos relatos, pode-se perceber que os alunos consideraram realmente os temas trabalhados como muito importantes para as suas vidas e conseguiram imediatamente estabelecer uma ligação entre os conteúdos estudados em classe com os dramas vivenciados no cotidiano.

## **6. Aplicação do material didático por professores do GTR.**

Através do GTR, os professores cursistas da rede pública de educação do Estado do Paraná, tiveram acesso às leituras, aos estudos teóricos e aos passos de elaboração do material didático que foi produzido. Na seqüência, avaliaram o material didático e fizeram a aplicação prática do mesmo em suas salas de aula. Este processo de aplicação em rede atingiu um universo de 12 professores, 21 turmas de Ensino Médio, abrangendo 624 alunos. Portanto, pode-se considerar uma amostra bastante significativa. Após o término da aplicação, os professores responderam um questionário.

Quando indagados se consideravam o material desenvolvido como muito relevante, pouco relevante ou irrelevante, 100% dos professores responderam que consideravam tal material como muito relevante.

Vale destacar o comentário da Professora Neuza Brazil de Castro sobre o material didático:

**é de extrema importância o trabalho voltado à análise do poder da linguagem e os mecanismos de poder como um todo. Dar aulas não implica somente em trabalhar conteúdos, mas em fazer com que os alunos consigam refletir sobre o seu papel na sociedade enquanto cidadãos conscientes e capacitados pra ver, analisar e agir nas mais diversas situações do seu cotidiano.**

Também a professora Marlene Patuzzo Peternela expressou -se dizendo que:

**a escola deve preparar o aluno para a vida, para uma realidade além dos muros e o aluno do Ensino Médio, já é, ou logo será um cidadão atuante na sociedade como trabalhador, proprietário, locatário (...) e portanto, precisa ter conhecimentos a respeito do poder da linguagem, sobre os textos jurídicos e contratuais, para fazer valer os seus direitos e ser um cidadão transformador dessa sociedade.**

A professora Raquel Maria Barbosa afirmou que, durante as aulas dadas, pôde perceber uma postura diferenciada dos alunos em relação ao texto escrito e sua forma de enxergá-lo. Também disse que notou uma diferenciação na maneira deles verem as leis e sua relevância em um país democrático.

As respostas e os depoimentos dos professores revelaram que existe abertura e maturidade suficiente entre os profissionais que atuam no Ensino de Língua Portuguesa para ousar mais, para abrir o currículo para textos do cotidiano do alunos, para o estudo de textos que são carregados de significação prática e imediata e que podem tornar as aulas de Língua Portuguesa especialmente interessantes e ainda mais importantes.

Na questão seguinte, os professores foram indagados se consideravam o Material Didático proposto viável ou inviável para o Ensino Médio: 100% consideraram o material viável para as séries propostas. Foi possível comprovar com a unanimidade das respostas atribuídas pelo professores, que o material didático elaborado é significativo e pode ser aplicado em turmas de Ensino Médio.

Quando os professores foram questionados se os alunos, durante a aplicação do material didático ficaram muito interessados, interessados ou desinteressados, os resultados obtidos foram os seguintes: 70% responderam que seus alunos ficaram muito interessados durante a aplicação do material didático e 30% afirmaram que os seus alunos também permaneceram interessados.

Ora, este dado é fundamental e confirma as respostas obtidas pelos próprios alunos: 89% o material muito interessante. Se os alunos consideraram-no

muito interessante, a lógica é que tenham permanecido interessados durante as aulas.

Os dados revelam, portanto, que o material didático conseguiu efetivamente despertar, no aluno/interlocutor, a relevância ótima. Conforme já explicitado, toda a comunicação é uma evidência concreta de uma intenção comunicativa do falante (no caso, do professor – através do material didático aplicado) e provoca um processo de manipulação de representações conceituais, baseadas no princípio da relevância que conduz à compreensão, sendo que a comunicação humana é ostensiva, por parte do emissor, e inferencial, por parte do receptor.

A questão seguinte indagava aos professores se eles consideravam que durante a aplicação do material houve efetiva aprendizagem; aprendizagem razoável, aprendizagem insuficiente ou se não houve aprendizagem. Enquanto 90% dos professores responderam que houve efetiva aprendizagem; 20% responderam que a aprendizagem foi razoável.

Diante dos dados obtidos, pode-se concluir que o material é adequado às séries para as quais foi proposto, que desperta, de fato, o interesse dos alunos para o estudo da linguagem, ou seja, atingiu-se a relevância ótima e em decorrência deste interesse, houve efetiva aprendizagem, que é o que se busca no ambiente escolar, ainda mais se for a aprendizagem de conteúdos significativos para os alunos e para a comunidade.

Em suma, as respostas fornecidas pelos professores sugerem que a aplicação prática da teoria da relevância em sala de aula como parte das estratégias docentes contribui, significativamente, para aprimorar o processo educacional.

## **7. Conclusão.**

Durante todo o processo de elaboração e de aplicação do material didático houve grande receptividade por parte dos professores e dos alunos.

Os procedimentos através do Grupo de Trabalho em Rede talvez pudessem ter sido mais produtivos, caso os professores dispusessem de mais tempo para a pesquisa e menos dificuldades de acesso à internet. Entretanto,

deve-se ressaltar as valiosas contribuições e o entusiasmo dos colegas professores diante da proposta apresentada.

O material didático ficou um pouco mais extenso do que o previsto e assim o número de aulas necessárias para a aplicação também foi maior, contudo, como o material foi elaborado em módulos, cada professor pôde, ao aplicá-lo, julgar e escolher o que é melhor e mais interessante para trabalhar com o seu grupo de alunos, considerando as realidades locais.

Com certeza, o maior desafio encontrado na aplicação do material foi a de que os professores não têm formação jurídica e não tem familiaridade com estes gêneros textuais. Como o material aborda questões jurídicas e de contratos exige-se do professor bastante pesquisa e constante aprendizagem junto com os seus alunos. Neste processo, o professor não será mais o mestre será também um aprendiz. Portanto, este material demanda dos professores aplicadores capacidade de diálogo e abertura para ouvir os relatos dos alunos, além de bom senso para respeitar a diversidade de opiniões sobre os temas trabalhados.

Esta nova forma de aprender e ensinar exige do profissional da educação o exercício da humildade, pois não sabemos tudo, entretanto, traz, com certeza, um crescimento coletivo. Crescimento este que poderá ser ainda maior se houver a formação de um grupo de estudos composto por professores, alunos e pessoas da comunidade que, aguçado pela curiosidade, pode ir cada vez mais longe, em busca dos conhecimentos e inclusive em busca de soluções para problemas vivenciados pelo indivíduo ou por sua comunidade.

Um dos aspectos mais importantes que pode ser apontado é mostrar aos alunos as formas de pesquisar, especialmente na internet, as questões que dizem respeito aos seus direitos. É fundamental que os alunos descubram que a internet não é apenas um ambiente de bate-papo, de joguinhos e brincadeiras. Na internet podem ser encontradas respostas para diversas questões da nossa existência, desde que se demonstre aos mesmos como verificar a confiabilidade dos sites que são acessados.

Durante a aplicação do material didático, o Colégio Estadual “Antônio Maximilliano Ceretta” ainda não contava com Laboratório de Informática e isto trouxe certa dificuldade, mas que foi superada porque aqueles alunos que tinham acesso à internet traziam as respostas para a sala de aula e socializavam os conhecimentos.

Através dos depoimentos coletados com os colegas professores e com os 624 alunos que tiveram a oportunidade de trabalhar com o material didático elaborado pode-se afirmar, sem sombra de dúvidas, que o material elaborado é pertinente e pode ser aplicado nas turmas de Ensino Médio.

Através dos relatos, pode-se perceber que a Teria da Relevância, que embasou o trabalho é aplicável como uma forma de motivação e de despertar do interesse para a aprendizagem.

Mas como se pode despertar no alunos tal interesse? O que foi observado é que se faz necessário trazer os dramas vivenciados no mundo real para dentro do universo escolar. Esta é uma forma de trazer significação aos conteúdos e de selecionar e direcionar a escolha dos conteúdos para aqueles que possibilitem a compreensão e a resolução de problemas da vida cotidiana dos alunos (o que não significa, de forma alguma, abandonar os estudo dos conteúdos e dos conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade). Assim, pode-se auxiliar as classes populares a buscarem, na escola, o conhecimento necessário não apenas para se adaptarem ao mundo, mas para tentar, transformá-lo.

Considerando, por fim, todo o trabalho desenvolvido, o parecer dos alunos e dos professores aplicadores, uma das sugestões que se pode apresentar é que este material seja incorporado ao currículo das turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que sem dúvida, terão ainda maior interesse em estudá-lo, pois são alunos que, em seu cotidiano, já estão em contato com os gêneros textuais que foram abordados.

## **BIBLIOGRAFIA.**

BARIN, Nilsa Teresinha Reichert. **Teoria da Relevância e o Processo Inferencial na Compreensão de Textos Publicitários Premiados na Mídia.** Centro Universitário Franciscano.

BERNARDO, Gustavo. **Redação Inquieta.** Belo Horizonte: Formato, 2000.

BONINI, Adair. **Gêneros Textuais e Cognição.** Florianópolis: Insular, 2002.

CALAMANDREI, Piero. **Eles, os juízes, vistos por um advogado.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DIONISIO, Ângela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora (organizadoras). **O Livro Didático de Português.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

FARIA, Ana Lúcia. **Ideologia no Livro Didático**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1985, p.79.

GALEANO, Eduardo. **A descoberta da América Latina (que ainda não houve)**. Porto Alegre: Editora da Universidade -UFRGS, 1990.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 3ª ed. Campinas: Ed. Autores Associados. 2005.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, Escrita e Poder**. 1ª reimpressão da 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

GRICE, H. Paul, Lógica e Conversação. In: DASCAL, Marcelo. **Fundamentos Metodológicos da Lingüística: Pragmática – Problemas, Críticas, Perspectivas da Lingüística –Bibliografia**. Campinas: 1982, Volume IV. p. 81-103.

HALL. Stuart. **Encodim – Decoding. Culture, Media, Language: Working Papers in Cultural Studies, 1972-1979**. London: Hutchinson, 1980. Tradução de Ana Carolina Escosteguy e Francisco Rüdiger.

LINS. Antônio Eduardo Leitão Navarro e out ros. **Língua Portuguesa e Literatura**. Curitiba: SEED – PR, 2006.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova, um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas**. 5ª ed. São Paulo: DP&A Editora. p. 96-122.

OLIVEIRA, Mauriceia Joceani Stein de; SEIDE, Márcia Sipavi vius. **A construção do ambiente cognitivo no processo interpretativo**. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização *Lato Sensu* em Letras: Língua e Ensino. Unioeste, Marechal Cândido Rondon, 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa para a Educação Básica**. Curitiba: SEED, 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Avaliação, Sociedade e Escola, Fundamentos para Reflexão**. Curitiba: SEED,

RAMOS, Graciliano. Um cinturão. In: Moriconi, Ítalo (org.), **Os cem melhores contos brasileiros do século**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2000

RAUEN, Fábio José. **Contribuições da Teoria da Relevância aos estudos da pragmática, da cognição e da textualidade** : Questões e propostas de trabalho. Universidade Sul de Santa Catarina.

RAUEN, Fábio José. VANDRESEN, Ana Sueli Ribeiro. Análise do poema O Barro, de Paulo Leminski, com base na Escala Focal de Sperber e Wilson. In: **Trama**, Cascavel: Edunioeste, 2005. Volume 2, nº 3, p.73 -86.

RAUEN, Fábio José. **A influência de sublinhas centrais e periféricas na produção de resumos informativos.** In: Revista Linguagem em (Dis)curso, volume 3, nº 1, julho-dezembro. 2002.

SARGENTINI, Vanice e BARBOSA, Pedro Navarro (org). **M.Foucault e os domínios da linguagem – discurso, poder, subjetividade.** São Carlos: Claraluz, 2004.

SEIDE, Márcia Sipavicius. As histórias de Mafalda e o Ensino de Língua Portuguesa. *In Trama.* Colegiado do Curso de Letras; Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras da Unioeste; Campus de Marechal Cândido Rondon, v. 1, nº 1. 2005, Cascavel: Edunioeste, p. 107-118.

SOARES, Magda. **Linguagem e Escola – uma perspectiva social.** 4ª ed. São Paulo: Ática. 1987, p. 78-79.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. Teoria da Relevância. In: **Revista Linguagem em (Dis)curso**, v. 4, nº especial, 2004.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. **Relevância: Comunicação e Cognição.** Ed. Fundação Calouste Gulbenkian. 2001.